

IMPLANTAÇÃO DO TURISMO EM URBANIDADES DE PEQUENO PORTE

Rosana Lia Ravache

Cientista Social pela Fundação Konrad Adenauer.
Profissional de Relações Públicas pelo Centro de Estudos Superiores e Pesquisa. Especialista em Terceiro Setor e Políticas Públicas pela Universidade Cândido Mendes. Mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutoranda em Geografia Humana, na linha de pesquisa de Geopolítica, pela Universidade de São Paulo.

RESUMO: O olhar político social para as metamorfoses socioeconômicas decorrentes da implantação do turismo em urbanidades de pequeno porte com potencial turístico é obliterado dos estudos da ciência social. Por não ser passível a uma análise justaposta ao fato social de uma “invasão de estranhos às comunidades autóctones” verifica-se que o empoderamento destes atores sociais pode vir atrelado a enormes prejuízos sociais que favorecerão o sucesso econômico de alguns. Mais grave é que tanto do poder público quanto as comunidades receptoras imaginam que todos os problemas sócio-econômicos se resolverão a partir da implantação do turismo.

Palavras-chave: Comunidades autóctones; Turism; Empoderamento.

ABSTRACT: The social policy look to socioeconomic metamorphoses resulting from the implementation of tourism in small urbanities with touristic potential is obliterated from the social science studies. Not be liable to an analysis juxtaposed to the social fact of an "invasion of foreign to autochthonal communities" it appears that the empowerment of these social actors can come linked with huge social losses that will promote the economic success of some. More serious is, that both the government and the recipient communities imagine that all socio-economic problems will be solved through the implementation of tourism.

Keywords: Autochthonal communities; Tourism; Empowerment.

INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorrem com o despertar do interesse turístico em urbanidades de pequeno porte trazem com elas transformações estruturais que, freqüentemente, causam consequências danosas às comunidades autóctones devido à dificuldade destes atores sociais acompanharem as (re) significações que as invade, sempre acompanhadas de outros costumes e valores socioculturais. O otimismo do poder público tem fomentando a interiorização do turismo, influenciado pela crença de abertura do mercado de trabalho e consequentes facilidades de emprego/renda oferecido pelo setor a estas comunidades. Entretanto, a proposta não tem conseguido implantar programas de qualificação consistentes para os atores

ISSN 1980-7341

autóctones, aparentemente porque as verbas disponíveis para este fim não são suficientes para atender a demanda. Na prática, o poder público repassa a responsabilidade e as expensas para qualificar os atores sociais das comunidades receptoras para a iniciativa privada e esta, por sua vez, prefere importar “profissionais prontos” de outros destinos turísticos, em detrimento de oportunidades para os atores locais, por não ter condições de arcar com este investimento. Portanto, o que se propunha a ser um modelo, uma proposta de inclusão social, acaba sendo uma receita iníqua de exclusão.

Implantar eficiência nos setores de prestação de serviços ou qualificar mão de obra nestas comunidades ainda representa um alto ônus social que o poder público não tem tido competência para enfrentar e a iniciativa privada não se sente capaz de assumir. A falta de políticas públicas que açambarquem providências para mitigar os problemas socioeconômicos de tais comunidades urbanas, na verdade, tem provocado um verdadeiro caos social de dimensões ainda incalculáveis. O que se vê após a “invasão” de turistas a pequenos conglomerados urbanos com potencial turístico são atores sociais se adaptando à demanda de qualquer forma e, além da improvisação, protagonizam uma escalada inflacionária da prestação de serviços, justificada pela insegurança causada pela sazonalidade do setor e a falta de planejamento por parte dos poderes constituídos.

Alienada, a mão de obra local sequer consegue tramitar os papéis para legalizar seus empreendimentos. Consequentemente, quem não se encaixa no comércio informal é automaticamente excluído do processo de implantação do turismo e, por falta de qualificação, também é afastado do mercado de trabalho, formando uma engrenagem perversa, na qual é inserido um número crescente de jovens que, sem perspectivas de melhoria de vida, optam por se desviar pelos becos da droga e da prostituição. Acreditam que, desta forma, suprirão o vácuo financeiro entre a realidade vivida e a nova visão de mundo, trazida pelos turistas.

É quando o sonhado *status* ou a busca por mais qualidade de vida se molda na confusão provocada pelas mudanças em seu *habitat* e pelo conflito no qual passam a viver, por conta da aculturação que se instala entre os antigos e os novos conceitos trazidos pelos visitantes, (re) significando seus valores. Este trabalho também demonstra uma nova proposta de pesquisa-ação¹, cujo foco é o empoderamento dos atores locais. Esta metodologia consiste em mobilizar os atores se em diferentes direções, como numa rosa dos ventos para que, com base nos próprios conhecimentos e dons, se integrem à projeção das ações a serem programadas sob a chancela da organização que apoia o projeto.

ISSN 1980-7341

No dinamismo desta rede, o funcional e o imaginário se abrem para novas propostas de mudança, e se consolidam com a avaliação dos resultados que vão sendo obtidos e a abertura de oportunidades que os faz crescer profissionalmente, também enriquece suas raízes culturais que servirão de norte para o potencial turístico embutido num negócio autossustentável. Dentro do mesmo processo, se evidencia a necessidade de aprofundar o conhecimento a respeito dos fenômenos psicossociais que acometem estes atores, sem menosprezar a importância da aplicação de políticas públicas associadas a psicossociologiaⁱ de comunidade e pesquisa-ação, como metodologias que poderão contribuir para a inclusividade de atores sociais autóctones nos serviços prestados pelos empreendimentos de apoio logístico instalados para receber o turismo em urbanidades de pequeno porte.

POR QUE ESTE TIPO DE PROPOSTA DE TRABALHO?

Nos últimos anos tem-se percebido, mais claramente, a vulnerabilidade do poder público com as questões sociais das comunidades de baixa renda que habitam pequenas urbanidades com potencial turístico. O turismo nacional deslanchou como opção para brasileiros e estrangeiros, embora a infraestrutura adequada para este fim não tenha acompanhado o sucesso do setor. As comunidades receptoras, de um modo geral, são desprovidas de conhecimentos ou recursos financeiros, tanto para a legalização dos seus produtos turísticos quanto para se qualificarem adequadamente. A percepção desta vulnerabilidade direciona a intenção de conhecer melhor o fato social em si, e fomenta a curiosidade sobre o que ocorreria com estes atores, se fossem trabalhados com psicossociologia de comunidade e pesquisa-ação, antes que suas urbanidades despertassem maior interesse turístico, ou seja, ainda no período em que a demanda é menor e os turistas aceitam, sem grandes exigências, por conta do rústico, as condições precárias, comuns nestas áreas recém descobertas como ideias para o desenvolvimento turístico.

Embora o Governo Federal venha se empenhando na interiorização do turismo, ainda não conseguiu articular com os estados e municípios da União, um plano de trabalho que, por um lado, oriente os atores sociais nos trâmites para a legalização de seus empreendimentos e, por outro, que os qualifique adequadamente para dar suporte à infraestrutura turística necessária. Como articular com as secretarias de meio ambiente e turismo, um mecanismo de apoio à legalização dos empreendimentos, quando as exigências de documentos e tramitações continuam sendo tantas e tão intrincadas? É comum verificar o interesse de atores sociais em se adequar às exigências do poder público, mas se sentem impotentes diante da própria

ISSN 1980-7341

incapacidade para cumpri-las. Por isto, acabam atuando na informalidade, sem a menor competência para desempenhar os serviços básicos exigidos pelo setor.

Capacitar para o turismo, significa contratar profissionais altamente qualificados, cujos salários estão fora do alcance de comunidades de baixa renda. Sem a ajuda do poder público, estes atores jamais terão condições de cumprir as exigências mínimas de infraestrutura exigidas pelo próprio sistema. Neste sentido, a proposta aqui é analisar diferentes formas de empoderamento destes atores, para que a própria comunidade se mobilize e depute, através de seus representantes públicos e lideranças locais, os meios necessários para negociar tanto o atendimento aos requisitos exigidos pelos órgãos públicos para licenciá-lo os empreendimentos, quanto para disponibilizar a capacitação necessária à demanda turística. A ideia, portanto, é viabilizar meios de empoderar os atores sociais e, ao mesmo tempo, abrir-lhes oportunidades de visualização do próprio crescimento e enriquecimento de suas raízes culturais. Como as perspectivas de empoderamento só poderão acontecer, se vislumbradas através de organização e método, as chances de sucesso tendem a crescer se orientadas cientificamente, por pesquisadores que, preferencialmente, trabalhem pautados por metodologias que René Descartes (in LAVILLE e DIONNE, 1999, p.11), define como método

[...] regras precisas e fáceis, a partir da observação exata das quais se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade, e, sem aí desperdiçar inutilmente as forças de sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo do que se é capaz.

É ampliando o saber num processo contínuo, que se chegará ao conhecimento verdadeiro do que a comunidade e a pesquisa serão capazes de realizar efetivamente, dando lugar a melhores condições de colocar em prática os projetos através dos quais serão canalizados meios e esforços para que a comunidade local atinja um nível de vida melhor e com dignidade sustentável. Para canalizar o processo de observação, o trabalho objetivou:

- Avaliar as reais potencialidades do turismo imaginado pela comunidade em estudo e sua importância socioeconômica para o contexto regional;
- Avaliar as possibilidades de inclusão dos atores sociais interessados no desenvolvimento do turismo local;
- Avaliar a real possibilidade de integração da cidade em estudo com os principais polos geradores de turistas na região, no país e no exterior.

Analizados estes pontos, procurou-se:

ISSN 1980-7341

- Verificar a real possibilidade de transformação do potencial turístico da espacialidade em estudo, em produto economicamente sustentável;
- Avaliar o papel do turismo como fator de mutação que interesse, de fato, aos atores sociais;
- Selecionar diferentes modalidades de turismo, conforme o potencial turístico existente;
- Averiguar as possibilidades de integração dos atores sociais com o território, e polos exportadores de turismo;
- Demonstrar aos atores sociais a importância da preservação cultural e ambiental, não só para o turismo como para o bem estar da comunidade;
- Destacar a importância da qualificação de mão de obra para o mercado turístico e para o município como um todo.

QUESTIONAMENTOS ORIENTADORES DO TRABALHO

Objetivar o empoderamento como fato social e utilizar da psicossociologia² e pesquisa-ação como vetores para esta meta, sem dúvida representa um desafio, até porque, como afirma Durkheim (1999, p.10), “um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos”. A pergunta que suscitou a proposta de foi: e se a comunidade estiver devidamente preparada para receber o fato social e conseguir absorver a coerção externa? Com base neste pressuposto se criou uma proposta que pretende viabilizar a utilização de psicossociologia de comunidade associada à pesquisa-ação, paralelo a implantação de um projeto turístico para acompanhar, desde o início, a evolução do fato social e sua possível coerção externa sobre os atores de uma comunidade urbana de pequeno porte com potencial turístico.

O que se percebeu em experiências anteriores, é que a pesquisa deve procurar formas que se adéquem à condução dos atores durante o processo de adaptação, até que assumam suas funções no atendimento aos turistas. Ao mesmo tempo, é relevante enfatizar a importância de manter os valores e crenças da cultura local, apesar da chegada de culturas estranhas. Esta é uma das formas de preservar as características locais que atraíram os primeiros visitantes que por sua vez, divulgaram a outras pessoas. O que é rústico e típico pode ser mantido com um revestimento profissional, como fator de sustentabilidade ao produto turístico colocado à disposição do grande público. Portanto, qualificar ou

ISSN 1980-7341

profissionalizar atores sociais para o turismo, não inclui a descaracterização sociocultural, mesmo quando há uma forte influência de outras culturas, ao crescer a população flutuante. Está inserido neste enfoque que o apoio seja sempre, através de uma instituição local (associação de bairro ou organização civil), que funciona como ponte, entre o projeto e a comunidade, para atenuar as dificuldades individuais de trabalhar em grupo e fomentar as ações voltadas para a responsabilidade social e comunitária.

Neste contexto fica subentendido que, mesmo sendo a ação do poder público praticamente inexistente, no que tange o bem estar e a integridade destes atores, a proposta deve implantar instrumentos que propiciem melhorias ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da comunidade através do turismo e avançar para além dos programas paternalistas, que acabam se transformando em soluções perversas, no médio e longo prazo.

O EMPODERAMENTO COMO FONTE E META

O desejável é que estas ações provoquem o empoderamento dos atores sociais e a sustentabilidade dos projetos implantados. Empoderamento, neste caso, é o mesmo que atingir o nível técnico adequado para uma boa prestação de serviço, assim como um índice de segurança e qualidade para os produtos turísticos colocados à disposição dos visitantes. Também é importante que estes atores sociais se sintam capazes de se equilibrar economicamente e estimulados a investir em seus empreendimentos, buscando sempre mais qualidade para seus serviços. É bem verdade que, intervir numa realidade social de qualquer comunidade não é um objetivo fácil de ser alcançado, na medida em que o(s) pesquisador (es) precisa(m) se inteirar da alma, do inconsciente coletivo dos atores sociais que dela participam, para encontrar, em parceria com eles, as formas mais adequadas de transformar uma situação problemática em situação desejada.

Quando Tuan (1983, p.188) afirma que “um planejador, ao olhar a cidade, pode discernir áreas de características físicas e socioeconômicas bem definidas”, dando a elas conceitos intelectuais, coloca também que este planejador deveria perguntar: “Como seria a percepção das pessoas que vivem em tais áreas? Será que elas também vêem que, na sua área, as casas têm estilos semelhantes e que a maioria das pessoas pertence à mesma classe socioeconômica? A resposta é forçosamente não. Os habitantes locais não têm motivo para cogitar sobre esses conceitos que têm a ver com suas necessidades”.

Isto significa que, também nas pequenas cidades com potencial turístico, quando o(s) pesquisador (es) estabelecem os primeiros contatos com os localismos, com as reais

ISSN 1980-7341

necessidades da comunidade em estudo, a primeira tarefa deveria consistir em mostrar aos atores sociais, o que realmente representa aquela intervenção e o que pretende(m) atingir com a implantação de uma nova realidade. Como afirma Tuan, “o olhar do planejador difere do olhar dos atores sociais”. Esta metamorfose, no entanto, depende também do quanto a comunidade esteja motivada para deputar seus direitos e cumprir as atribuições que lhe cabem, enquanto partícipes de um processo de transformação, que nem sempre colhe resultados positivos ou se desenrola no ritmo esperado.

Até então, a maioria dos estudos a respeito de comunidades urbanas de pequeno porte, patrocinados pelo poder público, têm produzido um emaranhado numérico (nem sempre confiável e frequentemente extemporâneo) com o propósito único de conseguir publicidade e sustentar a enorme teia de politicagens, permeadas com oportunismos e eufemismos, cujo intuito é anestesiar a opinião pública e empanar a falta de planejamento e de responsabilidade social. O resultado desta trama redundante, quase sempre, em decepção para os atores sociais que, por conta da precariedade de informações ou falta de conhecimento sobre os próprios direitos, acabam perdendo oportunidades.

Daí a importância de se articular uma rede de ações que, sistematicamente, organize pesquisas e estudos sobre estes nichos urbanos, visando abranger muitos setores, inclusive os públicos, para atingir não só o empoderamento como as transformações na vida das comunidades receptoras de turismo das cidades de pequeno porte. Apoiá-los em seus projetos e sonhos, é não permitir que o abandono do poder público mantenha-os atavicamente dependentes da própria sorte. Não há mais como subestimar a inteligência destes atores sociais. Não há como aceitar passivamente a corrupção, o crime e a baixa estima sendo tratados apenas em nível de segurança pública, sem que se dê a devida atenção às ações que obliterem a influência da criminalidade, cujo alvo principal é a infância e a juventude, expectadores frustrados de um futuro quase sem esperanças.

BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Antes de definir qualquer intervenção em comunidades potencialmente turísticas é preciso estabelecer a forma de realizá-la. Como potencial não é produto, organização e método são os únicos meios para se atingir esta metamorfose. Quando Barbier, (2002 p. 54), diz que “a pesquisa não reconhece que o problema nasce num contexto preciso de um grupo em crise. O pesquisador não o provoca, mas constata-o”, leva-nos a concluir que convém ao(s) pesquisador (es) demonstrar aos atores sociais envolvidos no projeto, que a sua intenção

ISSN 1980-7341

não implica na imediata eliminação dos problemas, nem resolve de imediato a crise na qual os membros daquela comunidade se encontram. Por isto, a participação de todos os atores sociais interessados, desde a configuração do projeto, é um dos pontos mais importantes, até porque, o problema a ser resolvido se instalou, quando o grupo entrou em crise.

ENTRE TEXTOS E CONTEXTOS

Dentre as inúmeras sugestões de organização de um grupo ou comunidade urbana sobressai a proposta de Dionne (2007, p. 22), quando trata da intervenção planejada em quatro fases integradas, ou seja: Fase de identificação das situações iniciais; Fase de projeção das ações; Fase de realização das atividades previstas; Fase de avaliação dos resultados obtidos. Isto significa que, identificados os fatos, mesmo que os atores se organizem para iniciar uma ação mais concreta, as respostas serão muito lentas. A fraca capacidade de participação do Estado responderá a esta deputação com tanta burocracia, os problemas serão envolvidos tantos papéis de mandos e desmandos, que o assunto acabará saindo da pauta política e a comunidade acabará encontrando suas próprias saídas.

Se a teoria sugerida por Dionne fosse aplicada na estruturação de turismo de pequenas urbanidades brasileiras, teria de ser adaptada à realidade vivida pelos atores autóctones. Apesar de sua importância, a “Fase de identificação das situações iniciais”, sob a ótica de uma realidade urbana brasileira, não passa de uma intervenção social que, por falta de políticas públicas aplicadas aos espaços urbanos, já nasce acéfala. Como esclarece Barbier (2002, p.72),

Não se trata de uma mudança decretada de cima, da parte das “autoridades” oficiais. A mudança torna-se necessária, embora difícil, aos olhos dos participantes do grupo de pesquisa-ação. Para elas, há um problema a resolver. O resultado se traduz sempre por outra coisa do que o esperado. Uma adequação relativa entre os desejos, os interesses, os valores de cada uma e a realidade do mundo que contrapõe sua inércia gigantesca. Essa relação com a instituição insuportável e impositiva, à primeira vista inabalável, é uma fonte de frustração, mas também de maturação para um otimismo trágico sempre delicado nesse tipo de pesquisa (cf. “o evangelho da perdição” de Morin).

Portanto, a primeira lição da “Fase de identificação das situações iniciais” é aprender a lidar com as frustrações que chegam junto com o desejo de acionar mudanças nas relações com as instituições insuportavelmente inertes diante dos problemas que se avolumam.

ISSN 1980-7341

Ultrapassada a primeira etapa, vem a “Fase de projeção das ações”, na qual os atores sociais expõem suas prioridades já sabendo que contarão muito pouco com o poder público embora, em muitas situações, ele seja imprescindível. Os ajustes, as retomadas de posição, os avanços e recuos, dão consistência à projeção das ações que vão sendo empreendidas pelos atores sociais e, algumas vezes, malogram o esforço. Num núcleo urbano de pequeno porte, é essencial que a comunidade tenha visibilidade das ações que se pretende empreender, pois, como bem coloca Henrique Lins Barros em seu artigo “Um Cientista na Cidade”,

Cidade é fluxo de informação, de comércio e de relações. Tem o papel social de juntar pessoas de diferentes interesses, credos, origens, em torno de um elemento comum que viabiliza e estimula o desenvolvimento dessas relações... De fato, a cidade exige, para a sua manutenção e crescimento, alterações profundas na forma como as pessoas interagem, na mudança de relação com o meio ambiente, bem como na forma como se estruturam as comunidades. (in BRANDÃO, 2006, p.101-102).

É na comunidade que se realiza o fluxo de informação, de comércio e de relações. Nela se viabiliza todo o movimento de interação e interfere nas alterações relacionadas ao meio ambiente e nas formas como as comunidades se estruturam, desestruturam e se reconstróem, a partir de uma intenção de revitalização, de desenvolvimento ou de (re) significação. Na falta de políticas públicas específicas para as comunidades de pequeno porte, os núcleos urbanos brasileiros se organizam em associações ou grupos e, vencendo os mais diversos tipos de obstáculos, vão encontrando saídas para os impasses nos quais se encontram.

O mesmo pode acontecer com qualquer pesquisa. Se as soluções encontradas forem temporárias, ou não, cabe ao(s) pesquisador (es) analisar(em) com a comunidade, se a “Fase de realização das atividades previstas” poderá começar ou se terão de encontrar algumas soluções antes de prosseguir o projetado. Como já foi dito, não se pode esperar que todas as ações empreendidas pelos atores sociais se realizem no tempo previsto ou exatamente conforme se havia imaginado. Por isto a importância da primeira fase, quando os atores sociais aprendem a resistir, apesar das frustrações causadas pelos “poderes constituídos” ou pelas circunstâncias normais do processo de implantação de um projeto de mudança.

Cada ator deve sentir-se “dono” das ações, sendo ainda mais importante que cada um saiba aceitar a opinião ou a ajuda de terceiros, mesmo porque sua participação e co-

ISSN 1980-7341

responsabilidade irão influir nas mudanças que possam ocorrer na comunidade. Daí em diante, será mais viável partir para a fase de “realização das atividades previstas” e, paralelo a estas realizações, é importante anexar a cada etapa do projeto, a “avaliação de resultados obtidos”, conforme Dionne (2007), para corrigir os desvios de programação ou adequar novas soluções para o projeto.

O TURISMO E AS COMUNIDADES RECEPTORAS

A globalização redimensionou as áreas de trabalho; os sucessos ou as crises abriram e fecharam portas; o capitalismo e o neoliberalismo se expandiam, as ciências avançaram e as tecnologias de ponta passaram a apresentar novidades ao mercado praticamente de hora em hora. Neste ritmo, se alteraram radicalmente as relações entre o Estado e as comunidades. Paralelo a este “boom” aumentou o desemprego, o trabalho informal, o subemprego e, como um todo, agravaram-se as questões sociais. Houve o que Marilda Iamamoto (2009) denomina “precarização do conjunto das condições de vida de segmentos majoritários da população brasileira”. A mesma globalização que redimensionou o mercado e a demanda por novas profissões ou novos consumos, enquadrou o turismo como o segmento que mais cresceu e mais absorveu mão de obra no mundo, no século XX.

Este fenômeno chamado Turismo

O fenômeno turístico está relacionado com viagens, com a visita a um local diverso da residência das pessoas, e desde os primórdios da humanidade, sempre esteve presente na vida do homem. Como nômades, se deslocavam de um lugar para outro, em busca de proteção e alimento, pois dependiam da caça, da pesca, da coleta de frutas e de raízes para sobreviver.

O desenvolvimento real do turismo iniciou no século XIX, graças aos avanços tecnológicos propiciados pela Revolução Industrial. Embora atendessem principalmente às elites, o turismo se beneficiou da descoberta do vapor como fonte de energia que passou a ser usada em navios e trens, facilitando o deslocamento em massa. A criação do automóvel, no início do século XX, e da aviação a partir de 1927, ampliaram as possibilidades das pessoas usufruírem viagens.

A recessão causada pelo aumento nos preços do petróleo e consequente aumento nos preços dos serviços turísticos entre 1973 e 1978, levou o “trade” turístico a um remanejamento que incluiu: a evolução dos transportes, o forte crescimento planejado e novas

ISSN 1980-7341

tecnologias aplicadas à indústria turística, além de estudos de tendências de mercados emissores e receptores, baseadas e políticas de cooperação internacionais.

A partir da década de 1980, começou uma nova fase para o turismo.

Como aconteceu o Turismo no Brasil

Embora o turismo receptivo praticamente inexistisse até o início do século XIX, a transferência da corte portuguesa para o Brasil desencadeou um grande desenvolvimento urbano que demandou por locais de hospedagem na cidade, em função da visita de diplomatas e de comerciantes. Na segunda metade do século XIX, o visconde de Mauá deu início ao transporte movido a vapor, com a fundação da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas (1852) e, em 1858, inaugurou o primeiro trecho ferroviário no Rio de Janeiro.

Em 1885, foi inaugurado o trilho do trem para subir o morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, cujo trajeto permanece o mesmo até hoje. Este é considerado o primeiro atrativo turístico a receber uma infraestrutura no Brasil.

Por volta de 1870, a hotelaria já apresenta algum padrão de qualidade em São Paulo, mas só em 1908, é inaugurado o Hotel Avenida, no Rio de Janeiro, considerado o maior do Brasil (220 quartos) marcando o início da hotelaria moderna no país.

Só na década de 1960, quando foram criados os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade turística, CNTUR – Conselho Nacional de Turismo o FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo e a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo (depois Instituto Brasileiro de Turismo que deram origem ao Ministério do Turismo), é que o assunto turismo passou a ser reconhecido pelo governo brasileiro como negócio.

Conceitos de Turismo

Originário da palavra francesa *tour*, o termo turismo que quer dizer viagem circular, derivada do latim *tornare* – girar, arredondar.

Por ter entendido que precisava encontrar uma definição que unisse todos os pontos positivos das propostas anteriores e, por sua vez, formalizasse os aspectos da atividade turística, a OMT – Organização Mundial do Turismo adotou a seguinte definição oficial, em 1994: O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras. Nesta definição está intrínseco que quem viaja por motivos alheios ao turismo, utiliza os mesmos serviços que o turista e que, muitas vezes, acrescentam

ISSN 1980-7341

turismo às suas atividades profissionais. Na década de 196, num período de franca expansão, a ideologia do turismo poderia ser resumida em três pontos:

1. Gerador de emprego e riqueza;
2. Via de comunicação cultural e caminho mais positivo para conservar as belezas do mundo;
3. Gerador de mudanças sociais positivas.

Como qualquer atividade, o turismo tem seus pontos vulneráveis; um dos principais é a falta de planejamento; por ser uma atividade altamente dinâmica, esta insipiência é capaz de provocar mudanças nefastas em prazos muito curtos.

Na década de 1970, estudos mostraram que um turismo mal planejado pode ser tão prejudicial quanto qualquer das indústrias de transformação mais poluidoras, com um agravante: em urbanidades de pequeno porte, seus efeitos tendem a ocorrer em menor espaço de tempo.

Quando Correa (2003, p.54) define este tipo de organização espacial coloca que

A intervenção na natureza foi, em um primeiro momento, marcada pelo extrativismo, passando em seguida por um progressivo processo de transformação, incorporando a natureza ao cotidiano do homem, como meios de subsistência e de produção, ou seja, alimentos, tecidos, móveis, cerâmica e ferramentas. Fala-se, assim, da natureza primitiva transformada em *segunda natureza*, para empregar uma expressão de Marx.

Implantar turismo significa trabalhar com a transformação da natureza primitiva em segunda natureza. Por isto, tudo deve ser minuciosamente planejado, principalmente quando o projeto envolve comunidades receptoras de urbanidades de pequeno porte, geralmente de baixo poder aquisitivo. Está implícito na “incorporação da natureza ao cotidiano do homem” a conscientização dos atores sociais sobre a vulnerabilidade do produto turístico e, portanto, sobre a premissa - quanto mais preservado for o ambiente, melhor se apresentará ao turista; quanto melhor se apresentar ao turista, maior será o número de pessoas que retornará ao local. Inserido no setor terciário, o turismo é considerado como um produto que oferece prestação de serviço ao mesmo tempo em que apresenta a cultura material e imaterial de uma comunidade ou sua natureza transformada em produto turístico. Este processo de transformação de recursos em produtos imbrica ações como:

- Facilidades de acesso
- Instalações e equipamentos que propiciem o uso

ISSN 1980-7341

➤ Qualificação de mão de obra

A transformação de natureza primitiva em segunda natureza ou a transformação de potencial em produto turístico inclui a participação do poder público (facilidades de acesso, infraestrutura e parte da qualificação de mão de obra) e da iniciativa privada (instalações e equipamentos que propiciem o uso, logística e outra parte da qualificação de mão de obra).

O potencial turístico, em si, representa a matéria-prima à qual deverá ser agregado algum valor para transformá-la num negócio autossustentável que deverá contribuir com o meio ambiente, com o IDH da comunidade receptora e com o aumento da entrada de divisas para o erário municipal.

PLANO GERAL DA INVESTIGAÇÃO

O bem estar social e a deputação por mais qualidade de vida, são requisitos inerentes ao ser humano, embora sejam tratados como ações sob responsabilidade institucional, raramente considerados como relevantes no campo da aplicação de políticas de inclusão e de responsabilidade social. A indiferença com as ideologias na qual mergulhou a humanidade leva cada vez mais pessoas a viver apenas a pressa do hoje, sem prestar atenção ao sonho que arrastam consigo inconscientemente. Este sonho nem precisa ser tão grande; pode ser apenas como o sonho daquele jovem que, ao comparar sua realidade carente de tudo, com o mundo recheado de novidades trazidas pelos turistas. Ele não só dará a vida pelo seu sonho de encontrar um cotidiano com menos percalços, como pode desorientar-se por descaminhos diversos.

Com o aumento da população flutuante nestas pequenas cidades com potencial turístico, comumente se agravam os problemas com serviços de saúde e segurança, falta de saneamento básico, escolas e escassez de serviços gerais. Estas carências tendem refletir na comunidade local, despreparada para o aumento do fluxo turístico e, quase sempre, escoam para o agravamento de desvios sociais dos aborígenes, como desemprego, alcoolismo, droga, prostituição e marginalidade, que acabarão custando muito caro para o Estado.

Graças à tímida participação do poder público, estes desvios sociais acabam sendo administrados por instituições do Terceiro Setor que, muitas vezes auxiliadas por empresas do Segundo Setor, atuam como extensão do braço público, assumindo o papel de organizadoras

ISSN 1980-7341

socioculturais. Esta tem sido uma das maneiras mais comuns de se articularem projetos de inclusão social que incluem programas de qualificação e outras ações, como meio de abrandar, mesmo que temporariamente, algumas situações caóticas.

Com base na nova tendência, este trabalho procura construir uma logística ideal para produzir emprego/renda, visando a sustentabilidade dos projetos a serem implantados em urbanidades de pequeno porte com potencial turístico. Como parte importante desta logística, é importante agregar metodologias que permitam uma análise dos fatos sociais com influência direta ou indireta sobre a comunidade em estudo, bem como do modo como estes fatos afetam as crenças e/ou princípios dos atores sociais envolvidos no processo.

Levada em consideração a sazonalidade do segmento turístico e sua influência sobre o equilíbrio emocional e financeiro dos membros da comunidade, deve-se procurar integrar ao projeto algumas atividades que valorizem iniciativas baseadas na capacidade intrínseca dos atores sociais tais como: serviços de hotelaria (de quarto, de recepção, de lavanderia, de bar e restaurante etc) marcenaria, artesanato, comidas típicas, artes plásticas, música, dança, confecção, customização dentre outros. Integrados, estes atores se transformam em agentes da proposta de mudança do espaço que ocupam, utilizando suas potencialidades pessoais que serão organizadas e direcionadas em reuniões de planejamento, direcionando as propostas do projeto ao setor terciário e à demanda turística. São os diálogos e as reuniões de lideranças, grupos e subgrupos que geram as ações necessárias para atingir os objetivos de cada etapa e também dão forma ao objetivo geral do projeto ou processo social de mudança.

Movimentando-se como se desenhasssem uma rosa dos ventos, os atores sociais conseguem abranger, de diferentes formas e em diferentes direções, vários objetivos ao mesmo tempo. Uns conseguem avançar mais, outros menos até porque a complexidade dos objetivos e adaptabilidade de cada ator social à ação varia tanto em grau de dificuldade como em prazo para o seu cumprimento.

Como acontece a ação

A montagem deste planejamento inicia quando se classificam as prioridades sugeridas pela comunidade, ou seja, na fase de projeção das ações sugeridas por Dionne (2007). Depois da triagem e refinamento destas prioridades, serão identificadas as situações iniciais que serão discutidas com os atores envolvidos no projeto, obedecendo às reais possibilidades de cada um. As escolhas de áreas de ação por parte dos membros da comunidade decorrem, geralmente, em função do círculo de conhecimento e dos dons naturais

ISSN 1980-7341

de cada ator que ajudarão a cada um deles acompanhar a fase de projeção das ações colocadas sob sua responsabilidade, sempre sob a chancela da associação de bairro ou organização não governamental/empresa que apoia o projeto. Nesta etapa é muito importante objetivar as ações, uma vez que, aparentemente, cada membro da equipe está se voltando para uma direção diferente. O(s) pesquisador(es) e um ou mais membros da comunidade atuarão como “conectores” das ações e avaliarão os efeitos do que está acontecendo em cada “ponta da rosa dos ventos” visando estruturá-las e sequenciá-las.

Cada ator social é tão responsável quanto o outro pelo avanço ou recuo, pelo sucesso ou fracasso de cada ação. Por isto, é básico que todos saibam usar o obstáculo como aprendizado e, com ele, avancem em cada proposta ou recuem sem escrúpulos de pedir ajuda a um ou mais membros do grupo. Esta articulação dependerá muito da condição de vida destes atores sociais, uma vez que os procedimentos dependem da homogeneidade com a qual funciona o grupo, diante das realidades vivenciadas. É importante identificar entre eles, o nível de participação efetiva de cada um e, até que se atinja esta homogeneidade, é recomendável que os participantes mantenham um estado de equilíbrio emocional para poderem articular em grupo.

Ao mesmo tempo, é muito útil a avaliação individual ao longo do processo, para detectar até que ponto o empoderamento dos atores sociais está funcionando como instrumento para conquistar suas reivindicações e transformar aquele espaço potencialmente turístico, em fonte de emprego e renda. Caberá ao(s) pesquisador(es), monitorar(em) o ponto de equilíbrio entre a atividade de cada ator social e o jogo de vaidades dos participantes do grupo. Organizados desta forma, os atores aprendem a pensar coletivo e, ao mesmo tempo se empoderam, graças a ações que os induz ao empreendimento, tanto individual quanto comunitário.

CONCLUSÃO

Em todas as etapas do processo a ação de cada um influi no crescimento de todos, enquanto cidadãos que evoluem graças ao esforço desenvolvido pelo grupo, e amadurece o senso comunitário de cada um. É preciso despertar a consciência de que, apesar de todo cuidado, é comum algumas prioridades serem substituídas por outras, ou mesmo serem transformadas em novas ações, no decorrer do processo, sem que nenhuma destas decisões esteja apenas a algum tipo de incompetência individual. Conforme Barbier (2002, p. 111),

ISSN 1980-7341

Um processo é uma rede simbólica e dinâmica apresentando um componente ao mesmo tempo funcional e imaginário, construído pelo pesquisador a partir de elementos interativos da realidade aberta à mudança e necessariamente inscrito no tempo e no espaço.

Sob o dinamismo desta rede, ao mesmo tempo funcional e imaginária abrem-se novas propostas de mudança que se consolidam com a constante avaliação dos resultados obtidos, conforme fases de realização e avaliação sugeridas por Dionne (2007). A partir dos elementos interativos da realidade aberta à mudança, são formuladas e reformuladas soluções para os problemas emergentes, visando o monitoramento das ações executadas para dar mais visibilidade ao processo de constante mutação, inerente a qualquer grupo social. É deste movimento que surgirão novas hipóteses e novos caminhos para a solução dos impasses. RPR DV³SRQWDDURY HVWVDr frequentemente em estágios diferentes, a tendência é a de XPD SRQWDRIHUHHUWXPOR j TXHODKDLQQOmRWHQKDWLQJRD PHWGFVHMDQWV acontece principalmente quando a metodologia adotada inclui psicossociologia de comunidade associada à pesquisa-ação ou a outro tipo de metodologia participativa, que permite a integração e retroalimentação de fatores motivadores, nos diferentes estágios e direções do processo.

Em nenhum momento pode ser perdido de vista o fato de todos os atores são protagonistas, inclusive o(s) pesquisador(es); portanto, têm opiniões com o mesmo peso. Também é importante lembrar sempre, que a proposta principal do(s) pesquisador(es) deve ser a constante adequação das ações às metodologias adotadas, para dar coerência ao processo. Se o poder público assume sua responsabilidade social na proposta ou não, a comunidade tem ciência de que não existe nenhum tipo de dependência atávica que consiga frustrar, descontrolar ou retroceder os avanços socioeconômicos e culturais conquistados. Com os resultados se encaminhando para o sucesso, é comum a entrada tardia do poder público, que preferirá não continuar se omitindo para não sofrer quedas de prestígio diante da opinião pública. Esta entrada, mesmo quando tardia, é muito importante porque, como diz Corrêa (2005, p.24)

[...] é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parque, coleta de lixo etc, interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras, as normas do zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano.

Assim, quando o poder público expressar o desejo de participar, é importante que, imediatamente, uma ou mais “pontas” do sistema assumam a parceria com ele; preferencialmente aquela que tem melhores condições de avaliar a influência da ação pública ou do paternalismo temporário que, se bem administrado, poderá contribuir positivamente no processo de mudança. Esta racionalidade imposta desde o princípio pelo planejamento avança com os atores sociais, encarregados de resolver determinados impasses e focaliza o que Lefebvre (2004, p.70 e 71) chama de necessidades “funcionalizáveis”, isto é, as necessidades são fixadas, admitidas, classificadas apenas em função de imperativos econômicos, de normas e “valores” sociais. Classificação e denominação das necessidades tem sido, portanto, um caráter contingente, e são, paradoxalmente, instituições. Acima das necessidades, erigem-se as instituições que as regulam ou as classificam, estruturando-as. Aquém das necessidades situa-se, global e confuso, um “alguma coisa” que não é uma coisa: a impulsão, o elã, a vontade, o querer, a energia vital, a pulsão ou o que se quiser chamar.

Este elã, ligação, vontade, querer, energia vital ou pulsão, é o que aqui foi identificado como um sistema de empoderamento pessoal e comunitário. Ainda acompanhando o pensamento de Lefebvre (2004, p.71) que considera id (desejo), superego (institucional) e ego (compromisso), se procurará evidenciar um empoderamento socialmente responsável, aquele no qual a ação dos atores sociais é movida pelo desejo e que não esmoreça na ontologia do sonho inútil ou no oportunismo político-partidário. Portanto, a ação avança procurando, através do compromisso pessoal, cumprir as metas traçadas pelo institucional.

Metaforicamente, a metodologia, que tem como base a responsabilidade social. Além disto, cria uma espécie de nota de rodapé nas páginas de vida destes atores sociais, de modo que se permitam lê-las, sempre que necessitem de apoio para as ações cotidianas. Em alguns casos, funcionará como auto-estímulo para que prossigam em busca das metas estabelecidas pelo projeto; em outros, assumirá o papel de bridão para os desvios de conduta que poderiam levar estes atores a atalhos escusos.

Nela cabem todos os saberes e níveis sociais, todos os recursos e afinidades para que o coletivo construa, sobre valores individuais, o que se projetou desde as primeiras ações, para as ações coletivas. Embora se tenha testado parcialmente esta teoria, é importante que seja experienciada numa urbanidade de pequeno porte com potencial turístico, para avaliar sua eficiência. Se a experiência com a aplicação na íntegra alcançar o mesmo sucesso alcançado

ISSN 1980-7341

na experiência parcial anterior, a teoria pode se prestar a ser uma ferramenta importante para qualquer programa comunitário.

NOTAS

¹ Pesquisa-ação. Em 1986, por ocasião de um colóquio do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), os pesquisadores partiram da seguinte definição: “Trata-se de pesquisas nas quais há uma ação deliberada de transformação da realidade; pesquisas que possuem um duplo objetivo: transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos a essas transformações” (HUGON, SEIBEL, 1988, p. 13). Uma concepção clássica da pesquisa-ação consiste em pensar que essa nova metodologia somente é um prolongamento da pesquisa tradicional em Ciências Sociais. Outra concepção, mais radical, dá lugar a uma revolução epistemológica ainda a ser amplamente explorada (BARBIER, 2002, p.17).

² A psicossociologia nasceu como ciência na França. É um ramo da psicologia social de inspiração psicanalítica que, quando aplicada no cotidiano de organizações ou comunidades procura analisar contextos psíquicos, sociais ou políticos dos quais indivíduos ou grupos façam parte, tais como: movimentos sociais em organizações ou instituições, políticas públicas ou projetos socioeconômicos. A partir da análise, procura, através de ações transformadoras intervir nas relações institucionais, comunitárias e interpessoais. (Informe ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo**. Segmentação de Mercado. São Paulo, SP: Futura, 2000.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília, DF: Líber Livro Editora Ltda, 2002.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo, SP: SENAC, 2000.

BRASIL, Ministério do Esporte e Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo. Embratur; Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB. MAGALHÃES, Guilherme Wendel de (Coord.). **Polos de Ecoturismo**: Planejamento e Gestão. Brasília, DF, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo, SP: Labur Edições, 2007.

ISSN 1980-7341

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, SP: Ática, 2005 (Série Princípios).

_____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, SP: Ática, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A., 2006.

DIONNE, Hugues. **A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução Michel Thiollent. Brasília, DF: Líber Livros Editora, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 2ª ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

FARIA, Dóris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo**. Brasília, DF: UnB, 2001.

GOFFMAN, ERWING. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**. Sentidos e Formas de Uso. Estoril, Portugal: Principia, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. Revisão técnica e adaptação da obra: Lana Mara Siman, tradução Heloísa Monteiro e Francisco A **construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas** Settineri. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2004.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. 3ª ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2001.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo, SP: Edusp, 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). **Turismo e Meio Ambiente**, Volume 1. Textos Didáticos, nº 31. Campinas, SP: Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades modernas**. Tradução Maria de Lourdes Menezes; tradução do anexo e do prefácio Débora de Castro Barros. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ISSN 1980-7341

MORANDI, Sonia; GIL, Izabel Castanha (Orgs.). **Espaço e Turismo**. São Paulo, SP: Copidart Editora, 2001.

OMT. Organización Mundial de Turismo. **Introducción al Turismo**. Madrid, Espanha, 1998.

REJOWSKI, Mirian, COSTA, Benny Kramer (Org.). **Turismo Contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Arlete M. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. Campinas, SP: Creative Commons, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, SP: EdUSP, 1996.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, SP: EdUSP, 2005.

TEIXEIRA, Ana Carolina Wanderley. **Região Metropolitana: Instituição e Gestão Contemporânea; Dimensão Participativa: Fórum**, 2005.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo**. Campinas, SP: Papirus Editora, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, SP: Difel, 1983.

ⁱ A psicossociologia nasceu como ciência na França. É um ramo da psicologia social de inspiração psicanalítica que, quando aplicada no cotidiano de organizações ou comunidades procura analisar contextos psíquicos, sociais ou políticos dos quais indivíduos ou grupos fazem parte, tais como: movimentos sociais em organizações ou instituições, políticas públicas ou projetos socioeconômicos. A partir da análise, procura, através de ações transformadoras intervir nas relações institucionais, comunitárias e interpessoais. (Informe ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2002)